

EDUCAÇÃO ESPECIAL: RECOMENDAÇÕES TEÓRICAS SOBRE COMO TORNAR UMA ESCOLA INCLUSIVA

Special Education: theoretical recommendations on how to make a school inclusive

Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck¹
Sheila da Cruz Ribeiro Cavalcante²

Resumo: O presente estudo está vinculado às experiências e aos questionamentos sobre a educação especial numa perspectiva inclusiva vivenciadas pelas autoras, no sentido de compreender como estabelecer uma cultura inclusiva numa escola. O estudo teve como objetivo apresentar contribuições, a partir da análise de documentos oficiais e de leituras de autores renomados sobre como tornar uma escola inclusiva, com práticas educacionais humanizadoras, capazes de acolher a todos os alunos, independente das barreiras e diferenças. A partir do objetivo geral, delimitou-se os específicos: analisar as concepções de educação especial e educação inclusiva, o processo histórico, a estrutura, políticas públicas e o funcionamento da educação especial no sistema educacional brasileiro; analisar alguns aspectos relativos à formação de professores sobre uma perspectiva inclusiva; analisar as possibilidades de como tornar uma escola inclusiva. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar as discussões sobre a Educação Especial numa perspectiva inclusiva, o processo histórico, as políticas públicas, as complexidades que envolvem o cotidiano escolar de como trabalhar com respeito às diferenças e reunir os principais conceitos relacionados à formação de professores sobre uma perspectiva inclusiva. Todas as pessoas, indistintamente de sua condição, têm o direito de aprender, e sendo a educação infinita, a aprendizagem se torna na mesma condição: infinita. Compreendeu-se que estabelecer uma sala de aula comum a todos, sem exceções, requer transformações da escola sob diversos pontos de vista, visando à reestruturação dos sistemas de ensino e das escolas, abrangendo a diversidade dos alunos e investimentos na formação de educadores para mudanças nas práticas pedagógicas, voltado à reflexão do cotidiano escolar, possibilidades de trocas e construção coletiva de novos saberes.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Estratégias Pedagógicas

Abstract: *The present study is linked to the experiences and questions about special education in an inclusive perspective experienced by the authors, in order to understand how to establish an inclusive culture in a school. The study aimed to present contributions, based on the analysis of official documents and readings by renowned authors on how to make a school inclusive, with humanizing educational practices, capable of welcoming all*

¹ Doutora em Educação pela UnB. Email: razuckrenata@gmail.com

² Especialização em Educação Especial e Inovação Tecnológica. Email: sheila.cruz02@yahoo.com.br

students, regardless of barriers and differences. From the general objective, the specific ones were delimited: to analyze the conceptions of special education and inclusive education, the historical process, the structure, public policies and the functioning of special education in the Brazilian educational system; analyze some aspects related to teacher training from an inclusive perspective; analyze the possibilities of how to make a school inclusive. A bibliographical research was carried out to base the discussions on Special Education in an inclusive perspective, the historical process, the public policies, the complexities that involve the daily school of how to work with respect to the differences and to gather the main concepts related to the formation of teachers about an inclusive perspective. All people, regardless of their condition, have the right to learn, and since education is infinite, learning becomes the same condition: infinite. It was understood that establishing a classroom common to all, without exceptions, requires transformations of the school from different points of view, aiming at restructuring the education systems and schools, covering the diversity of students and investments in the training of educators for changes in pedagogical practices, aimed at reflecting on everyday school life, possibilities for exchanges and the collective construction of new knowledge.

Keywords: *Special Education, Inclusion, Pedagogical Strategies*

Introdução

O presente estudo está vinculado, enquanto autoras, às experiências e aos questionamentos sobre a Educação Especial numa perspectiva inclusiva, no sentido de compreender, como estabelecer uma cultura inclusiva numa escola.

Diante do cenário escolar, qual o público a ser priorizado numa atuação inicial? Seria com os estudantes PAEE, professores e auxiliares ou com a gestão escolar? Todos os integrantes de uma escola estão preparados ou sabem lidar com as questões de inclusão? Será que a inclusão deve acontecer apenas para estudantes com deficiências? Será que ao adaptarmos um tipo de atividade para os estudantes PAEE, não estaríamos deixando de atender outros tipos de estudantes que não possuem deficiências, mas que de alguma forma apresentam dificuldades em acompanhar o ensino proposto para a turma?

Em setembro de 2022, uma das autoras foi convidada para atuar como professora da Educação Especial, numa escola creche da rede privada, em um bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Apesar de a autora ter permanecido nesta escola creche por aproximadamente seis meses, foi tempo suficiente para realizar um período de observação em todo o ambiente escolar.

O convite surgiu devido à observância por parte da escola, à crescente demanda de crianças com diferentes características no processo de inclusão, com diagnósticos e/ou investigação de deficiências, síndromes, transtornos e necessidades específicas, além de crianças que apresentavam comportamentos inesperados ou inadequados, necessitando assim, de uma intervenção imediata. Ruppel; Hansel; Ribeiro (2021) ressaltam que cabe à escola assegurar meios alternativos de forma a contribuir para o rompimento dos obstáculos existentes.

Após ter convivido com todos os funcionários, foi possível perceber o quanto aquela escola precisava de um suporte em diversos aspectos em relação Educação Especial. Desde suporte em conceitos básicos, como a diferenciação entre Educação Especial e Educação Inclusiva a suporte em possibilidades e estratégias de práticas inclusivas no fazer docente. Libâneo (1998) ressalta que, de um modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos.

O processo de inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas nas escolas tem relação com o direito de cada indivíduo ao acesso à sala de aula comum, juntamente com os demais alunos. Para tal, faz-se necessário não só a garantia do acesso e a permanência desses estudantes, mas o sucesso na aprendizagem também precisa ser garantido.

Pesquisas denotam avanços no tocante à escolarização desses alunos, entretanto, mesmo estando matriculados na escola, muitos permanecem à margem do processo de ensino aprendizagem em sala de aula, sendo-lhes negado o direito de aprender (Bendinelli, 2012; Benincasa, 2011; Fagliari, 2012; Joslin, 2012; Oliveira, 2008; Pedroso, 2012; Soto, 2011).

De acordo com fontes do INEPⁱ, o número de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) em classes comuns decuplicou nos últimos dezessete anos, saltando de 110.536 no ano de 2002, para 1.090.805 em 2019 (INEP, 2002, 2019). Na mesma proporção que esses estudantes ingressaram nas classes comuns, novos desafios surgiram para os professores, no sentido de assegurar o ensino para todos em turmas cada vez mais heterogêneas (Zerbato; Mendes, 2021).

Nesse sentido, Rapoli *et al* (2020) consideram que uma escola comum se torna inclusiva, quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.

Ao encontro dessa perspectiva, a proposta de ensino baseado no Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), visa o planejamento do ensino e acesso ao conhecimento para todos os estudantes, por considerar as especificidades individuais do aprendizado e pressupor que os indivíduos são diferentes, e por isso, possuem ritmos e estilos variados para aprender (CAST UDL BOOK BUILDER, 2013).

Nas oportunidades de práticas e convivência com educadores da Educação Básica e do Ensino Superior foi possível identificar o quanto a ausência da formação continuada no contexto inclusivo pode impactar no processo educativo dos estudantes PAEE.

Ainda que esses docentes tenham em sua formação inicial conteúdos relacionados à educação especial, falta-lhes preparo especializado, quanto à

elaboração de métodos alternativos que venham a responder às demandas e necessidades desses estudantes.

Bueno (2008) enfatiza que a inclusão escolar requer tanto dos professores do ensino comum, quanto dos professores especialistas, o preparo nos processos de formação, para que o atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes PAEE seja bem sucedido.

Por reconhecer a importância do aperfeiçoamento de uma política inclusiva num ambiente escolar, consideramos que uma investigação sobre aspectos importantes sobre inclusão, possa proporcionar efetivas contribuições aos processos de ensino e aprendizagem, numa discussão com a literatura científica especializada em Educação Inclusiva.

Esse artigo trata de um estudo que tem como objetivo apresentar contribuições, a partir da análise de documentos oficiais e das leituras de autores renomados, sobre como tornar uma escola inclusiva. Para tal, focamos em práticas educacionais humanizadoras, capazes de acolher a todos os alunos, independente das barreiras e diferenças, favorecendo a criação de novas estratégias pedagógicas, oportunizando melhorar e intensificar as práticas inclusivas nos espaços escolares.

A partir deste objetivo geral, delimitamos os específicos: analisar as concepções de Educação Especial e Educação Inclusiva, o processo histórico, a estrutura, políticas públicas e o funcionamento da Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro; analisar alguns aspectos relativos à formação de professores sobre uma perspectiva inclusiva; analisar as possibilidades de como tornar uma escola inclusiva.

Revisão da Literatura

Para o diálogo tecido ao longo desta pesquisa, contamos com os autores referências que estudam a Educação Especial sob uma perspectiva inclusiva, como Pletsch (2020); Ropoli et al (2020); Ruppel; Hansel; Ribeiro (2021); López (2012) e outros.

Para subsidiar nossas reflexões nessa tessitura proposta, recorreremos aos autores que discutem a importância de repensar a formação continuada de professores numa perspectiva inclusiva como Stelmachuk e Mazzota (2012), e Zerbato; Mendes (2021).

Foram abordadas também referenciais que discutem a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil, como Garcia (2013).

Ainda buscamos referenciais que utilizam uma abordagem para professores e outros profissionais especializados na elaboração de práticas e estratégias que foquem na acessibilidade, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, na busca de caminhos educacionais para o aprendizado sem barreiras, baseado na

formação de professores sobre o DUA (Bueno, 2008; CAST UDL BOOK BUILDER, 2013; Zerbato; Mendes, 2021).

Por outro lado, os ditames legais também foram consultados e analisados e assim, buscamos orientação na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) e na Lei 9.394/1996 (1996), que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como, a Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior (MEC, 2000).

Para nos orientar a respeito dos sistemas de ensino que promovem respostas às necessidades educacionais especiais, recorreremos à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.

Ainda sobre a importância dos resultados de estudos e pesquisas sobre a Educação Básica e Ensino Superior do país, avaliações das escolas, universidades e dos estudantes, recorreremos ao INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Para o norteamento quanto à coleta e análise de dados estatísticos sobre o território brasileiro e sua população, buscamos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o levantamento de dados necessários para fundamentar essa pesquisa.

Método

No estudo presente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar as discussões sobre a Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, o processo histórico, as políticas públicas e as complexidades que envolvem o cotidiano escolar de como trabalhar com respeito às diferenças.

Buscou-se também na pesquisa bibliográfica, além de fundamentar a temática apresentada, reunir os principais conceitos relacionados à formação de professores sobre uma perspectiva inclusiva.

Gil (2002) argumenta que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica acontece pelo fato de permitir ao investigador, a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Cabe ressaltar que não temos a pretensão de esgotar a discussão sobre temas que nos são tão caros, pelo contrário, diante da complexidade dos assuntos, compartilhamos questões, reflexões e esperanças que sejamos acompanhados e compreendidos neste caminhar.

Resultados e Discussão

Educação Inclusiva e Educação Especial - histórico, conceitos e marcos legais

A proposta de realizar um levantamento teórico numa perspectiva inclusiva foi idealizada visando contribuir na melhoria da qualidade do ensino que é ofertado para todos os alunos, e, sobretudo, colaborar com a formação docente. Buscamos na criação deste estudo, levar ao profissional da educação a oportunidade de debater as temáticas e refletirem sobre suas práticas. Conforme salienta Ainscow (1997), a reflexão crítica em equipe é fundamental para criar as condições para a implementação da educação inclusiva.

O tema inicial abordado foi a conceituação de Educação Inclusiva e Educação Especial. O objetivo é, a partir dos conceitos, evidenciar a diferenciação e os objetivos de cada tipo de educação. Optou-se por iniciar com essa temática, pela relevância que as pessoas com deficiência assumem a cada dia em nosso país.

Deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade que limite as funções físicas, sensoriais ou intelectuais de uma pessoa. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdades de condições com as demais pessoas.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) de 2019, cerca de 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade (8,4% dessa população) tinham alguma das deficiências investigadas.

Ainda de acordo com dados do INEPⁱⁱ (2019), o número de matrículas realizadas somente em 2018 chegou a cerca de 1,2 milhão. Os dados reforçam a ideia do quanto há de se preparar profissionais da Educação que acompanhem o crescimento de tamanha demanda.

Outro assunto importante abordado refere-se ao momento histórico e os avanços da Educação Especial, retratando a forma como as pessoas com deficiência já foram entendidas e tratadas ao longo dos anos. As concepções sobre as pessoas com deficiência se modificaram no percurso da história, a partir das lutas por reconhecimento de direitos e das permanentes disputas de projetos societários. (Fogaça; Klazura, 2021).

Os autores Fogaça e Klazura (2021) compreendem que as terminologias carregam o peso da exclusão social e inferiorização dos sujeitos: *débil mental*, *retardado*, *manco*, *especial*, *down* (e outros) são exemplos.

Portanto, romper com essas concepções é ir além do politicamente correto, significa contribuir para a libertação dos estigmas históricos (FONSECA, 2012). A terminologia mais adequada atualmente é “Pessoa com Deficiência”, presente na

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2006.

A implantação do sistema educacional inclusivo em nosso país foi condicionada às diretrizes educacionais baseadas na separação de alunos, até a adoção de uma política de matrículas em massa de crianças com ou sem deficiências nas escolas públicas. A esse respeito Kassar (2011) sintetiza esse contexto no seguinte aspecto:

No Brasil, o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiências foi construído separadamente da educação oferecida à população que não apresentava diferenças ou características explícitas que a caracterizasse como "anormal". Dessa forma, a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum. Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos (Kassar, 2011, p. 62).

Deste modo, historicamente, a educação brasileira foi constituída na separação de alunos considerando-os "normais " e "anormais", o que afastou muitas crianças (com ou sem deficiências) das escolas públicas. Este conceito tem muito a ver com a forma como esses indivíduos eram vistos. São modelos educacionais relacionados aos modelos de compreensão da deficiência, como o modelo médico e o modelo social.

O modelo médico da deficiência insere-se no campo das doenças, do problema individual, da anormalidade que precisam ser enfrentadas, transitando entre a tragédia individual e a necessidade de reabilitação com a finalidade de produtividade (Diniz, 2007). Este modelo compreende a deficiência restrita ao indivíduo, uma doença que precisa de meios de reabilitação para integrar as pessoas, tendo em vista que estas são valoradas pelo o que produzem e não pelo o são.

No modelo social há uma percepção de que a deficiência é causada também pelo ambiente em que a pessoa está inserida. Discutir a deficiência para além da característica corporal, do campo das doenças é a grande revolução do modelo social (Diniz, 2007). O modelo social tem permitido que a deficiência seja analisada e compreendida como um processo de desigualdade, compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos.

A Educação Inclusiva é uma política pública de ação afirmativa que, imerso nos pressupostos dos Direitos Humanos, visa induzir o acesso à educação aos grupos que historicamente sofrem processos de exclusão de direitos e, por isso, são apartados do direito de aprender em escolas de sua comunidade, junto aos pares de sua idade em um meio constituído pela/na diversidade (Pletsch, 2020).

Glat, Pletsch e Fontes (2007) compreendem o princípio básico da Educação Especial com base na aplicação da “Declaração de Salamanca, de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais” de 1994:

O princípio básico da Educação Inclusiva é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344).

Portanto, a Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (Pletsch; Fontes, 2006; Glat; Blanco, 2007).

Já a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores, quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Portanto, trata-se de uma modalidade de ensino transversal, com técnicas e recursos especializados próprios que atua de forma colaborativa com a educação básica e a superior, para garantir a inclusão e a acessibilidade educacional de pessoas com deficiência.

O paradigma da inclusão está cada vez mais presente nas políticas públicas brasileiras e especificamente na educação brasileira é um direito garantido, baseado na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) e na Lei 9.394/1996 (1996), que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e é intensificado pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo e também o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Temos ainda a Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 9/2010 que traz Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Fernández et al. (2015), ressaltam que o Atendimento Educacional Especializado é compreendido como um complemento do ensino comum, a ser realizado na escola pelo educador especial no contra turno, ofertado exclusivamente aos alunos com necessidades educacionais, e que esta atuação não deve ser considerada como um reforço escolar. A nota técnica SEESP/GAB/Nº 09/2010 esclarece que:

O atendimento educacional especializado é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou

filantrópico sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação, conforme art. 5º da Resolução CNE/CEB n.º 4/2009. (BRASIL, 2010, p. 2).

Atualmente, o Brasil adota a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgada no pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que afirma a proibição de qualquer discriminação às pessoas com deficiência, inclusive na educação. Considerando a escola como um espaço de convivência da pluralidade humana, constitui-se em um espaço de aprendizagem e desenvolvimento de todos, independentemente de suas especificidades (Pletsch, 2020).

Em se tratando de um conjunto de orientações legais, nos últimos vinte anos, o Brasil amplificou as diretrizes legais referentes aos direitos educacionais e sociais das pessoas com deficiências, tendo como base os movimentos internacionais, a saber: a Política de Educação Especial (1994), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Diversos autores evidenciam que esses documentos foram institucionalizados sob influência de diretrizes políticas internacionais, propagadas pelas Nações Unidas (ONU) e pelo Banco Mundial (BM), em sincronia com as mudanças do conceito de deficiência e das propostas educacionais para o desenvolvimento dessa população. (Jannuzzi, 2004; Kassar, 2011, 2013; Mendes, 2010; Rafante, 2011; Siems, 2016; Bezerra, 2017; Souza E Pletsch, 2017; Cardoso, 2018; Caiado, et al 2019).

Todos estes documentos seguem os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), que foi incorporada pelo Brasil como emenda constitucional em 2009. Os princípios da ONU também foram incorporados na Lei Brasileira de Inclusão, de 2015.

Formar para incluir

Não podemos negar que o Brasil está caminhando para uma educação melhor para todos, entretanto, ainda faltam profissionais capacitados para atender tanta demanda. Glat e Nogueira (2002) compreendem que inúmeras barreiras impedem a política de inclusão se tornar realidade no cotidiano escolar.

É importante mencionar que, referente às barreiras, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015, as definem como “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2015).

Pesquisadores apontam que o despreparo dos professores do ensino regular para receber os alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, como um dos principais entraves/barreiras no processo de inclusão escolar (Bueno, 1999; Glat, 1995; 2000; Goffredo, 1992; entre outros).

É inevitável falar em inclusão sem antes refletir sobre aspectos relativos à formação de professores no Brasil, numa perspectiva inclusiva. Nas últimas décadas, tivemos marcos importantes referentes à formação de professores em nosso país, tanto nos aspectos legais, quanto na produção do conhecimento acadêmico sobre inclusão.

Sob o aspecto da legislação, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) (BRASIL, 1996), que instituiu a “Década da Educação” e despontou importantes mudanças em todos os níveis da educação. A LDB 9394/96 dedica um capítulo à formação de professores, instituindo os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, assim como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores.

Destaca-se também a Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior (MEC, 2000), firmada em maio de 2000 que, dentre as diversas propostas de reestruturação, identifica a necessidade de revisar o processo de formação inicial de professores, de maneira que os problemas em nível institucional e no campo curricular sejam superados.

As mudanças propostas para a Educação Básica no Brasil trazem enormes desafios à formação de professores. No mundo contemporâneo, o papel do professor está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras. Para isso concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem, o impacto da tecnologia da informação e das comunicações sobre os processos de ensino e de aprendizagem, suas metodologias, técnicas e materiais de apoio (BRASIL, 2000, p. 5).

O documento supracitado, ainda enfatiza sobre o desempenho do papel docente frente à contemporaneidade que vivemos:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar **com a diversidade** existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 5, grifo nosso).

Sob o aspecto acadêmico, diversas pesquisas têm debatido quanto à demanda e necessidades de melhorias na formação docente sob a perspectiva inclusiva. Avaliou-se que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida (Glat; Ferreira; Oliveira Senna, 2003; Mattos; Castro, 2011; Pletsch, 2009; Nunes; Schirmer, 2017).

Para Pletsch (2009) o grande desafio dos cursos de formação de professores é a produção de conhecimento que desencadeie novas atitudes [...], para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória, seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) tem sido apontado como abordagem promissora pela literatura sobre inclusão escolar, por propiciar a atuação docente em modelo de formação colaborativa.

Através dos princípios do DUA, o professor, em parceria com profissionais especializados, pode planejar, implementar e avaliar suas práticas pedagógicas pautadas nos princípios de promover a participação e aprendizado de todos em sua sala de aula, inclusive do estudante público-alvo da Educação Especial (Zerbato; Mendes, 2021).

Cabe-nos ressaltar que a proposta do DUA requer um aprofundamento sobre a importância da formação de professores numa cultura de trabalho colaborativa, Mendes (2006) diz ser “necessário realizar uma pesquisa mais engajada nos problemas da realidade e que tenham implicações práticas e políticas mais claras” (p. 402).

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes.

Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009) ao visarem à proposta do ensino colaborativo enfatizam que:

[...] é preciso discutir na escola questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre o professor de educação especial e o professor da sala regular; aos conteúdos que devem ser incluídos no currículo; às adaptações curriculares; à distribuição de tarefas e responsabilidades; às formas de avaliação; às experiências em sala de aula; aos procedimentos para organização da sala; à comunicação com alunos, pais e administradores; ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos; às metas para o Plano Educacional Individualizado dos alunos com deficiência (Conderman; Bresnahan; Pedersen, 2009).

No Brasil este modelo de ensino é pouco explorado, sendo utilizado em casos pontuais ou experimentais e atualmente, as universidades que estudam e são referências sobre o assunto são a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Desse modo, torna-se promissor desenvolver pesquisas direcionadas na produção de conhecimento e na formação de professores e de profissionais na perspectiva da colaboração, a fim de contribuir no processo de universalização do acesso e da melhoria do ensino ofertado a todos os estudantes do público alvo da Educação Especial (Capellini, 2004; Rabelo, 2012; Vilaronga, 2014).

Pensar uma escola inclusiva

Pensar em uma escola inclusiva requer muito mais que atender a um grupo específico dentro dos espaços escolares, ou seja, pensar uma escola inclusiva visa atender as especificidades e a garantia do direito à educação de todos. Para Ropoli *et al* (2010) nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi concebida sob os preceitos de uma escola onde cada aluno tem a oportunidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, e em que o conhecimento se dá numa construção sem resistência ou submissão ao que é selecionado para compor o currículo.

Para estabelecer uma sala de aula comum a todos, sem exceções, faz-se necessário que a escola perpassasse por transformações sob diversos pontos de vista, inclusive de conceitos e estereótipos. Para López (2012) o conceito de inclusão sugere o desenvolvimento de processos e práticas que procuram proporcionar a alunos com dificuldades uma educação tão comum quanto possível, evitando a sua segregação.

Pesquisas em Educação apontam que, mais do que agir sobre o estudante diferente, as políticas inclusivas precisam visar à reestruturação dos sistemas de ensino e das escolas, abrangendo a diversidade dos alunos, investimento na formação dos educadores, em recursos materiais, humanos e tecnológicos, em mudanças nas práticas pedagógicas e na organização de serviços de apoio, de modo a assegurar o ingresso e a permanência de todas as crianças e jovens na escola (Stainback; Stainback, 1999; Ainscow; Booth; Dyson, 2006).

Tornar uma escola inclusiva é permeado por muitos desafios, por se tratar de uma ação a ser desempenhada por todos os integrantes do sistema educacional, envolvendo desde docentes, gestores, especialistas, a pais, alunos e os demais profissionais do ambiente escolar.

Todos precisam ter os mesmos propósitos, objetivos e informações a respeito do que é uma Educação Especial e Inclusiva. Portanto, cabe à escola a decisão de estabelecer uma série de medidas que garantam o cumprimento de ações, com o objetivo de implementar práticas inclusivas no ambiente escolar.

Possibilidades na criação de uma Escola Inclusiva

A escola concebida como espaço de reflexão e de inclusão, deve proporcionar as condições necessárias para que seus professores se desenvolvam profissionalmente, refletindo sobre suas práticas e sobre as próprias condições em que atuam, a fim de promover melhorias no seu ensino. Deve, igualmente,

propiciar a vivência de ações reflexivas em torno das situações cotidianas, buscando soluções conjuntas para os problemas enfrentados (Duek, 2020).

Deste modo, salienta-se a necessidade de investimentos em programas de formação inicial e continuada que se voltem para a reflexão do cotidiano escolar, possibilidade de troca de experiências e construção coletiva de novos saberes pedagógicos (Beauchamp, 2002).

A implementação de uma Educação Inclusiva numa escola regular não é uma tarefa simples, haja vista, a necessidade do envolvimento de diversos atores. Rapoli *et al* (2020) considera que para atender a todos e da melhor forma, a escola atual tem de mudar e essa mudança exige trabalho em muitas frentes [...] e precisa fazer parte da vontade política do coletivo da escola.

Para modificar uma escola numa perspectiva da inclusão, requer discutir como está sendo ministrado o ensino na classe comum e aos alunos PAEE. Mendes e Vilaronga (2017) discutem questões relacionadas ao apoio Educacional Especializado e suas concepções.

As autoras apontam que há dois tipos de apoio, um tido como modelo privilegiado na política atual, com foco no atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais e o outro, seria uma rede diversificada de apoio, onde se destaca: o serviço itinerante; a consultoria e o ensino colaborativo.

O ensino colaborativo, como o próprio nome já diz, se expressa na combinação das atividades entre o professor de educação especial e o professor da classe comum, buscando assim facilitar o processo inclusivo. A esse respeito, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), afirmam que:

O ensino colaborativo ou coensino é um dos modelos de prestação de serviço de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes. Tal modelo emergiu como alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, especificamente para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes do público-alvo da educação especial [...] (Mendes, Vilaronga e Zerbato, 2014, p. 45).

Para promover uma educação inclusiva, faz-se necessário profissionais habilitados, que sejam capazes não só de providenciar os recursos necessários à acessibilidade, inclusão e produção de materiais específicos, mas que por meio das trocas entre os pares, possibilitem transformações nas práticas pedagógicas.

Bueno (1999 e 2001) defende que para atender a um modelo inclusivo deve-se formar dois tipos de professores: um generalista que daria conta das classes regulares e os *professores especialistas*, capacitados em diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis para oferecer o necessário suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular visando à inclusão.

A defesa de uma educação inclusiva implica equacionar as funções da escola de outro modo, privilegiando uma intervenção compreensiva. Na perspectiva de López (2012) há de construir uma escola livre de qualquer tipo de discriminação, em que o essencial é assegurar o direito à educação e responder “à singularidade da pessoa”.

Conclusões

Todas as pessoas, indistintamente de sua condição, têm o direito de aprender, e sendo a educação infinita, a aprendizagem se torna na mesma condição: infinita. A função da escola é garantir a apropriação do conhecimento de forma ampla para todos, onde a aprendizagem dos estudantes é uma responsabilidade de todos os que atuam na escola, entretanto, cabe ao Estado, garantir às escolas as condições necessárias, no sentido que a função da escola se concretize.

Deste modo, é preciso refletirmos sobre a importância das políticas públicas educacionais, para que o direito de aprender e as transformações no ato de ensinar sejam efetivamente bem-sucedidos, com oportunidades reais em transformações nas práticas pedagógicas e nos processos de ensino e aprendizagem de todos os estudantes.

Estabelecer uma sala de aula comum a todos, sem exceções, requer transformações da escola sob diversos pontos de vista, visando à reestruturação dos sistemas de ensino e das escolas, abrangendo a diversidade dos alunos, investimento na formação dos educadores para mudanças nas práticas pedagógicas, voltado à reflexão do cotidiano escolar, possibilidades de troca de experiências e construção coletiva de novos saberes pedagógicos.

Considerando a complexidade e o desafio que envolve mudanças na cultura escolar, entendemos que proporcionar ambientes formativos de forma contínua aos professores e profissionais da Educação como palestras, treinamentos e cursos de aperfeiçoamento, configura-se como uma estratégia em potencial para aprimorar as práticas docentes sob uma perspectiva inclusiva. O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e o Ensino Colaborativo têm sido apontados como uma abordagem promissora pela literatura sobre inclusão escolar, por propiciar a atuação docente em modelo de formação colaborativa.

Compreendemos que o aperfeiçoamento das práticas docentes refletirá não só na forma destes profissionais atuarem, mas também na aprendizagem de todos os alunos, pois serão por meio da preocupação com a aprendizagem permanente de professores e demais profissionais, que caminharemos para práticas emancipadoras de respeito, acessibilidade e inclusão.

Referências

AINSCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 1997.

AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony; DYSON, Alan. **Improving schools, developing inclusion**. London: Routledge, 2006.

BEAUCHAMP, Jeanete. **Educação especial**: relato de experiência. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina (org.). *Escola inclusiva*. São Carlos: UFSCar, 2002. p. 99-104.

BENDINELLI, R. C. **Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo**. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENINCASA, M. C. **Educação especial e educação infantil**: uma análise de serviços de apoio especializado no município de Porto Alegre. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BEZERRA, G. F. **A Federação Nacional das APAES e o seu Periódico (1963-1973)**: Estratégias, mensagens e representações dos Apaeanos em (Re)vista. (Tese Doutorado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portador de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 18 jun 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1793/1994**. Brasília, 1994.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 9/2010. **Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4683-nota-tecnica-n9-centro-ae&Itemid=30192 Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. **Plano Nacional da Educação**, Brasília, 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>
Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília, maio 2000.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em:
(<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base/>)
Acesso em: 18 jun. 2023.

_____. IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 2019: **País tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência**. Editoria: Estatísticas Sociais. IBGE, 2021. Disponível em: [PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](https://www.ibge.gov.br/noticias/2019/05/pais-tem-173-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html)
Acesso em: 18 jun. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999.

_____, J. G. S. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

_____, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.

CAIADO, K. R. M., MARCONDES-SIEMS, M. E. R., & PLETSCHE, M. D. **Educação Especial em tempos de ditadura**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 27(60). Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/4650>>.
Acesso em: 20 jun. 2023.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CARDOSO, F. L. de M. **O educandário para cegos São José Operário: políticas públicas e cultura escolar - Campos/RJ - décadas de 1960 a 1970.** Dissertação (Mestrado em Política Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2018.

CAST UDL BOOK BUILDER. **Book Builder**, 2013. Homepage. Disponível em: <http://bookbuilder.cast.org/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful coteaching: real cases and effective strategies.** California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009. Disponível em: [Purposeful Co-Teaching: Real Cases and Effective Strategies - Greg Conderman, Val Bresnahan, EdD, Special Education Teacher, Theresa Pedersen - Google Livros](#). Acesso em: 20 jun. 2023.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUEK, V. P. CASO DE ENSINO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: contribuições para reflexão sobre a prática docente. **ITINERARIUS REFLECTIONIS** - Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação, v16|nº 2|2020|.

FAGLIARI, S. S. S. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva: ajustes e tensões entre a política federal e a municipal.** 2012. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERNÁNDEZ, Michele *et al.* **O Ensino Colaborativo e a Inclusão.** In: EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19816_9188.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

FOGAÇA, V. H. B.; KLAZURA, M. A. Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial: concepções em disputa. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-18, e2013498, 2021. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso: 09 jul. 2023.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. O novo conceito constitucional de Pessoa com deficiência: um ato de coragem. **Revista TRT da 2ª Região**, São Paulo, nº 10, p.45-54, 2012

GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, jan./mar. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [GIL - Como elaborar projeto de pesquisa \(2002\).pdf - Google Drive](#) Acesso em: 18 jun. 2023.

GLAT, R. **A Integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

GLAT, R., FERREIRA, J.R., OLIVEIRA, E. S., SENNA, L. A. (2003). **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marica Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007 343. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/download/6...> · Arquivo PDF. Acesso em: 15 jul. 2023

GOFFREDO, V. F.S. **Integração ou segregação: o discurso e a práticas das Escolas Públicas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro**. Revista Integração, 4(10), p. 118-127, 1992.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopsesestatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 15 jul. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopsesestatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 18 jun. 2023.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004.

JOSLIN, M. F. A. **A política de inclusão em questão: uma análise em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa (PR)**. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

- KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de Educação Especial Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília (SP), 17, 41-58, Mai.-Ago, 2011.
- KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.
- LOPÉZ, J. L. (2012). Facilitadores de la inclusión. **Revista Educación Inclusiva**, 5(1), 175-187.
- MATTOS, C. L. G. & CASTRO, P. A. (2011). **Etnografia e Educação: conceitos e usos** (1 ed.). Campina Grande: EDUEPB.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.
- _____. Breve história da Educação Especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22. N.º. 57, mayo-agosto, 2010.
- MENDES, E. G. VILARONGA, C. A. R. Formação de professores como estratégia para realização do coensino. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.4, n. 1, p. 19-32, 2017 - Edição Especial.
- MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 68- 88.
- NUNES, L., SCHIRMER, C. (2017). **Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais**. Rio de Janeiro: EDUERJ.
<https://doi.org/10.7476/9788575114520>
- OLIVEIRA, M. V. M. **Educar para a diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no município de Sobral (1995-2006)**. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em:
<http://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/>.
Acesso em: 20 jun. 2023.

PEDROSO, C. **Caminhos da inclusão: o modelo de educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais no município de Barueri, SP.** 2012. 66 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

PLETSCH, Márcia. Denise. (2009). A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar Em Revista**, (33), 143–156. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>

_____. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Revista Momentos: Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>
Acesso em: 18 jun. 2023.

PLETSCH, M. D.; FONTES, R. de S. La inclusión escolar de alumnos con necesidades especiales: directrices, prácticas y resultados de la experiencia brasileña. **Revista Educar**, Jalisco, México, n. 37, p. 87-97, 2006.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.** 2012. Tese (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial do Brasil.** (Tese Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 51p.

RUPPEL, C.; HANSEL, A. F.; RIBEIRO, L. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação dos estudantes com deficiência nos dias atuais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.8, n.1, p. 11-24, Jan.-Jun., 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. In: SASSAKI, R.K. **Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003.

SIEMS, M. E. R. Roraima 1970 a 2001 – **Educação Especial: a proposta do regime militar e seus efeitos.** São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2016.

SOTO, A. P. O. M. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade-proposição/ implementação no município de Feira de Santana (BA).** 2011. 153 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, F. F.; PLETSCHE, M. D. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil. **Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 97, p. 1-23, 2017.

STAINBACK; Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STELMACHUK, A. C. L.; MAZZOTTA, M. J. S. **Atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual**. *Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 185-202, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, e233730, 2021.

ⁱ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado em 1937 sob a denominação de “Instituto Nacional de Pedagogia”, e transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) em 1997, é o órgão federal responsável pelas evidências educacionais e atua em três esferas: avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos. Disponível em: [Sobre — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/inep)